Parte VI - Desenvolvimento e participação social
**Capítulo 5 - Mulheres no comando da gestão pública
municipal na região das missões**

Louise Roedel de Lira Botelho
Luciana Scherer

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BOTELHO, L.R.L., and SCHERER, L. Mulheres no comando da gestão pública municipal na região das missões. In: ROTTA, E., LAGO, I.C., JUSTEN, A.F., and SANTOS, M., eds. *Conhecimento em rede: desenvolvimento, cooperação e integração regional em território de fronteira – Rede CIDIR: 10 anos* [online]. Chapecó, SC: Editora UFFS, 2019, pp. 398-413. ISBN: 978-65-5019-011-8.
<https://doi.org/10.7476/9786586545432.0024>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

MULHERES NO COMANDO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA REGIÃO DAS MISSÕES

Louise Roedel de Lira Botelho¹²

Luciana Scherer¹³

INTRODUÇÃO

A trajetória da mulher na sociedade está cercada por diferentes transformações. Essas transformações geraram resultados no modo de vida feminino, sendo reflexos das construções sociais produzidas ao longo dos tempos. A sociedade, talvez por questões de garantir a própria sobrevivência da espécie humana, agregou à mulher o papel de cuidadora no ambiente familiar, e essa função

12 Administradora (UNIVALI). Mestra, Doutora e Pós-Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente no curso de Administração e no mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas na UFFS – Cerro Largo. Contato: louisebotelho@uffs.edu.br

13 Bacharel em Turismo (PUCRS) e Administradora (UFRGS). Mestra em Ciências Sociais (PUCRS). Doutoranda em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ). Docente no curso de Administração da URI – Cerro Largo. Contato: lucianascherer@yahoo.com.br

social da mulher esteve associada por muito tempo à função materna. À medida que a sociedade vai se transformando de uma era agrária para industrial, a função social da mulher vai se adequando aos novos modelos. Surge a emancipação feminina, ou seja, uma busca pela igualdade de gêneros nas relações da esfera do trabalho. Todo esse novo contexto acaba por modificar as formas como homens e mulheres condicionam suas competências a serviço da sociedade e não apenas da família. A partir disso, as mulheres passam a pertencer à esfera pública do trabalho (FLETCHER, 2006). Como resultado elas passaram a adquirir direitos e autonomia financeira e a engendrar no mundo formal do trabalho, que durante muito tempo foi percebido socialmente como um universo de predomínio masculino.

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, configuram-se também novas lideranças e novas formas de liderar. Elas passaram a ocupar cargos e funções até então desempenhadas exclusivamente por homens (CUNHA; SPANHOL, 2014) trazendo um novo dinamismo às organizações públicas (SOUZA; SIQUEIRA; BINOTTO, 2011). Entende-se que estudar o fenômeno sobre as mulheres exercendo o cargo de eletivos em diferentes esferas públicas se apresenta como algo desafiador e necessário para a compreensão do próprio papel social que a mulher desempenha na atualidade, já que ainda é possível verificar traços de uma sociedade em que as mulheres lutam para conquistar seus espaços, suas posições e reconhecimento tanto na esfera pública como privada.

Na gestão pública talvez exerça um caso peculiar. Os processos de seleção, a influência política nas indicações e os problemas de discontinuidades derivados dos processos eleitorais trazem para esse cenário da participação feminina contornos ainda não suficientemente investigados. A evolução nos modelos gerenciais públicos tem permitido que um número cada vez maior de mulheres ocupe espaços na política e na gerência de órgãos públicos, tornando-se mais propensas a assumir cargos de maior responsabilidade e exigência técnica por seus méritos, seja por indicação ou eleição, contudo, ainda muito aquém da participação masculina (SOUZA, SIQUEIRA, BINOTTO, 2011). Salienta-se que, embora venha aumentando ao longo dos últimos anos, o número de mulheres atuantes na política ainda é sub-representado se comparado ao número de homens que exercem cargos políticos, podendo-se afirmar que o cenário político brasileiro ainda é marcado por traços de coronelismo masculino.

O objetivo principal do estudo que constitui este capítulo é compreender as trajetórias das duas prefeitas que conquistaram, pioneiramente, a reeleição em seus municípios na Região das Missões do estado do Rio Grande do Sul através das experiências vividas no exercício de suas funções gerenciais e políticas no setor público: a prefeita de Sete de Setembro, eleita em 2008, para a gestão 2009 – 2012, e reeleita em 2012, para a gestão 2013 – 2016, e a prefeita de São Paulo das Missões, eleita em 2012, para a gestão 2013 – 2016, e reeleita em 2016, para a gestão 2017 – 2020. Salienta-se que não se pretende evidenciar a realidade de todas as mulheres na política, tampouco abordar o processo de ascensão das mulheres nesse setor, mas concentrar-se em compreender a vida de mulheres que escolheram trilhar suas trajetórias profissionais no comando da gestão pública municipal em seus municípios, para, a partir daí, apresentar algumas realidades até então não discutidas.

Este capítulo está dividido em duas partes de desenvolvimento, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta as discussões teórico-epistemológicas sobre as mulheres e a representação política, através de apresentação de teorias e estudos já realizados acerca do tema. Na sequência são apresentadas as realidades das duas prefeitas, analisadas segundo suas próprias percepções.

Em relação à escolha metodológica, utilizou-se o paradigma humanista de pesquisa (HUGHES, 1980), designado como um estudo qualitativo de cunho fenomenológico (ROESCH, 1996; MINAYO, 1994), já que se pretende compreender a trajetória das prefeitas com um *olhar subjetivo da realidade* (HUGHES, 1980). Trata-se também de uma pesquisa exploratória, com uma abordagem pautada tanto em esforços epistemológicos quanto ontológicos. Epistemológicos no sentido da busca do conhecimento transitivo sobre prefeitas, dados disponíveis e estudos já realizados e publicados em livros, artigos e teses sobre a temática. Ontológico no sentido de um esforço de busca de conhecimento a partir da realidade do próprio “objeto” pesquisado, ou seja, as próprias prefeitas, com as suas histórias de vida, características, trajetórias, desafios e superações nessa carreira. Como procedimento de coleta de dados utilizou-se o modelo de entrevista em profundidade de Seidman (1998). Todas as entrevistas, que foram gravadas e posteriormente transcritas, foram realizadas com agendamento prévio e no gabinete das entrevistadas.

Conhecer a participação da mulher na política limita-se pela dificuldade no processo de coleta de dados, já que eles se apresentam parcos e dispersos e, muito raramente, consideram a distinção entre homens e mulheres eleitos. Ao recorrer aos sites do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) ou do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é possível encontrar algumas informações básicas, mas sempre bem mais ligadas a perfil (nome, idade, formação, profissão, filiação partidária, etc). Na academia, alguns ensaios teóricos buscam algumas caracterizações, sejam em estados específicos ou sobre alguns contextos e perspectiva. Estudos um pouco mais aprofundados, baseados em uma perspectiva ontológica, que busca conhecer as especificidades dessa relação mulher e cargo político, ainda parecem ser raros, razão pela qual propõe-se o presente estudo como contribuição para o conhecimento dessa realidade.

SOBRE MULHERES E O COMANDO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

A condição milenar da mulher na sociedade influencia a caminhada e o papel da mulher na atualidade. A crença quase natural em nossa sociedade de que o homem é superior à mulher acaba legitimando a discriminação (MORAES, 2004, p. 22). Nas esferas de representação política da sociedade, esse cenário também se manifesta. Dados referentes à participação de mulheres em esferas do governo mostram que elas continuam sendo sub-representadas, indicando que a desigualdade no campo político também pode ser reflexo de uma desigualdade nos campos cultural, social e econômico.

Em estudos sobre a participação da mulher na política brasileira, é possível destacar quatro momentos e acontecimentos importantes. O primeiro é a conquista do voto feminino em 1932. O segundo é a emergência do movimento feminista da década de 70. O terceiro é a constituição de 1988 e, por último, as cotas eleitorais para mulheres, que estabelecem os percentuais mínimos e máximos para cada sexo.

Mesmo com uma participação ainda pequena, é importante considerar o papel de agentes políticos femininos nos estudos sobre a atuação nos cenários políticos, sociais, culturais, ligando essas percepções ao universo feminino e ao desenvolvimento das regiões. Partindo da análise dos dados eleitorais

e das discussões incitadas, sente-se a necessidade de compreender as mulheres prefeitas enquanto protagonistas em um processo de empoderamento social e político.

Blay (2015), em seu estudo sobre as prefeitas, concluiu que algumas características e situações aglutinam-se mutuamente, ou seja, há algumas características, como relações familiares, personalidades e forma de ingresso na vida política, que definiram, para essa autora, a possibilidade de uma classificação geral baseada em três categorias: a prefeita coronel, a prefeita esposa e a prefeita por iniciativa própria.

A “prefeita coronel” é aquela que, principalmente – mas não necessariamente – na ausência de um homem, assume a liderança da família, a direção dos negócios, do grupo político e da clientela, através da utilização de velhas práticas clientelísticas como as do “mandonismo”. Em sua maioria pertencem às oligarquias locais, assim como os homens, e é socializada para assumir a direção política do grupo familiar quando se faz necessário. A prefeita coronel assume a posição de líder na família, o que tanto pode conquistar na sua família de origem ou estabelecer pelo casamento. Ao incorporar essa liderança, é possível que utilize alguns traços comportamentais típicos masculinos e muitas vezes precisa convencer seus pares sobre sua capacidade. Assim, a luta pela liderança começa em casa, no seu ambiente familiar.

A “prefeita esposa” é aquela que assume as funções do marido na política, em decorrência de algum impedimento de ordem legal ou até mesmo pessoal ou, ainda, com o objetivo de continuar no controle do poder. A imagem adquirida como “esposa de político”, por meio de atividades sociais ou assistencialistas, garante a constituição de uma base eleitoral que é sabiamente aproveitada. Assim, exercer o cargo é, em verdade, uma delegação do marido. Pode ocorrer que, quando se torna necessário tomar uma decisão importante para o município, consulte o marido (BLAY, 2015).

Por fim, a “prefeita por iniciativa própria” seria aquela que por suas convicções e pela sua liderança construiu capital político suficiente para eleger-se. Desse modo, esse terceiro grupo se distinguiria dos dois primeiros.

Figura 1 – Tipologia das prefeitas

TIPO DE PREFEITA	RELAÇÃO FAMILIAR E POLÍTICA	MOTIVAÇÃO PARA A POLÍTICA	CARACTERÍSTICAS MARCANTES
Prefeita Coronel	Mais ligada a família de origem	Assume o papel político em função da ausência de uma figura masculina na família	Tende a assumir traços de masculinismo
Prefeita Esposa	Muito ligada a família de matrimônio	Assume o papel político em função de algum impedimento do marido político	Não adota traços de masculinismo, mas a relação com o marido é muito marcante, inclusive no dia-a-dia da política
Prefeita por Iniciativa Própria	A família – nem de origem, nem de matrimônio possui tradição de participação na política	Assume o papel político sem nenhuma influência da família de origem ou de matrimônio	Não adota traços de masculinismo. O marido pode ou não acompanhar o dia-a-dia da política

Fonte: Blay (2015) – adaptada pelas autoras.

Através dos aspectos quantitativos da participação política feminina é possível encontrar respostas sobre os mecanismos de dominação que, ainda hoje, mantém a baixa participação das mulheres nas instâncias representativas da política e do poder (BARBOSA, CAVALCANTI, 2010). Prevalece na sociedade uma visão reducionista, que adéqua as “vontades femininas” à falta de interesse e de envolvimento com os assuntos políticos ou até mesmo ao cumprimento obrigatório dos partidos políticos com as leis de cotas para mulheres na política. Todo esse discurso já é conhecido pelos pesquisadores, pois constatar o fato não é relevante. É necessário buscar as causas, conhecer a trajetória, o perfil, as aprendizagens, os desafios e as superações vividos pelas mulheres que desenharam suas carreiras profissionais na vida pública e se tornaram prefeitas em seus municípios. Estudar essas mulheres é conhecer e reconhecer que ser mulher em um ambiente tradicionalmente marcado pela cultura masculina de poder pode se mostrar como um cenário de intensos desafios e aprendizagens.

APRENDIZADOS, BUSCAS E DESAFIOS DAS MULHERES REELEITAS PARA O COMANDO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NA REGIÃO DAS MISSÕES

O primeiro aspecto que pode ser destacado dentre as duas prefeitas pesquisadas diz respeito à classificação proposta por Blay (2015). Embora classificações possam demonstrar alguma arbitrariedade e, portanto, desconsiderar aspectos importantes, nos discursos de apresentação e autodescrição das prefeitas é possível identificar as características dominantes que permitem utilizar a proposição da autora. Uma foi identificada como “prefeita esposa” e outra como “prefeita por iniciativa própria”:

Meu pai não era ligado à política, mas meu marido foi vice-prefeito e prefeito no município, e foi um bom prefeito, e eu sempre o acompanhei bastante, como primeira dama e como presidente do partido. Depois de ele ser prefeito, meu nome começou a circular como uma possibilidade nas eleições de 2012. Eu nunca havia pensado em ser prefeita, mas o nome foi surgindo na comunidade e o partido convidou, e então, em decisão com o meu marido, aceitei! Prefeita de São Paulo das Missões – RS.

Nem meu pai nem meu marido eram políticos. Pode-se dizer que a decisão partiu de mim mesma. Não fui influenciada por marido ou alguém da família. Embora meu marido tenha se filiado ao partido junto comigo, a decisão de ser prefeita surgiu após ter sido Secretária de Saúde, vereadora mais votada e depois disso resolvi encerrar – e fui eleita para dois mandatos seguidos. Prefeita de Sete de Setembro – RS.

Ambas as prefeitas apresentavam experiência política anterior a ocupação do cargo de prefeita, em momentos e papéis sociais distintos: uma como primeira-dama e presidente de partido político no município, outra como secretária e como vereadora. Pode-se dizer que esses papéis desempenhados anteriormente serviram de “treinamento” para a fala pública, para a ocupação do espaço público e dos palanques, bem como para a própria gestão, as articulações eleitorais e o “corpo a corpo” com o eleitorado.

As prefeitas entrevistadas demonstraram personalidades distintas, mas características bastante comuns: firmeza, alegria, apego à família, laços com a comunidade e uma preocupação bastante especial em fazer “o melhor, o bem, melhorar a vida das pessoas, contribuir para o município”. Ao serem questionadas

sobre quais os sentimentos que impulsionaram a entrada na vida política, a ideia de servir, de fazer algo bom pela comunidade aparece como o elemento mais importante para essa escolha de vida:

Foi um sentimento de dever de contribuição. Queria contribuir para o município. Isso foi pensado junto com meu marido: que já que tínhamos escolhido o município, e que não queríamos sair, então talvez ser prefeita para ajudar a comunidade e fazer algo seria uma boa missão. Só reclamar não ajuda, tem que tentar fazer algo que deixe a marca de contribuição para o município. Prefeita de São Paulo das Missões – RS.

Sempre pensando em *fazer algo bom para a comunidade*. Isso como funcionária pública, como vereadora, como prefeita. Eu tenho muito orgulho das conquistas, do atendimento em saúde que consigo oferecer a população, acho que isso faz diferença na vida das pessoas. É um sentimento de desejo de realização, de fazer o bem. Prefeita de Sete de Setembro – RS.

Existem nos discursos um sentimento de “responsabilidade” e o reconhecimento da necessidade de honrar os votos e a confiança dos eleitores conduzindo à ideia de uma conquista, de uma importância de ter “chegado lá”. O pioneirismo em relação ao papel de uma mulher à frente da prefeitura dos seus municípios também é bastante mencionado, sendo que a maneira de expor a trajetória política inaugural de mulheres nos seus municípios sugere algo de dimensão afirmativa da presença feminina em espaços de representação: “Fui a primeira prefeita, e única, dentre todos os prefeitos em mais de 50 anos, a conquistar uma reeleição” (Prefeita de São Paulo das Missões – RS); “Fui a primeira prefeita de toda a região das Missões, e também a única reeleita até o ano de 2012” (Prefeita de Sete de Setembro – RS)¹⁴.

Sobre a relação família x política, outro elemento bastante comum é a importância da família e do apoio do marido:

Teve muita influência do marido, e as filhas apoiam muito. Meu marido me acompanha nos compromissos, conversamos muito sobre tudo. Tem muito apoio da família, embora eu acho que a família é o que fica mais de lado, mais sem atenção, por mais que a gente tente dar atenção sempre que possível, a família sente falta da gente. (Prefeita de São Paulo das Missões – RS).

14 Cabe destacar que em 1996, o município de Bossoroca-RS, integrante da Região das Missões, elegeu Jacira Schimitz como prefeita.

Meu marido sempre me apoiou e isso para mim é fundamental e muito importante. Ele não gosta de política, não pensa em ser candidato, mas sempre esteve comigo, e minhas filhas se criaram, desde pequenas no meio da política, ou em campanha, ou com a mãe secretária municipal, ou vereadora, ora como prefeita, enfim, isso realmente faz parte da rotina da família. (Prefeita de Sete de Setembro – RS).

As prefeitas costumam reforçar certos estereótipos femininos, como sensibilidade, aspectos de vaidade e um “jeitinho feminino”, que não necessariamente está bem definido, mas que parece ser bem entendido no senso comum. A utilização dos chamados “atributos femininos” no campo político tem adquirido aspectos mutáveis. Pode significar barreiras, mas também pode, dependendo da situação, significar capacidade e interesse de quem os utiliza, agregando sentidos positivos, valorizando uma candidatura e compondo parte do capital simbólico de uma personalidade pública. Para a prefeita de Sete de Setembro – RS, “o fato de ser mulher facilita esse contato com o povo”. Já para a prefeita de São Paulo das Missões – RS, “talvez por ser mulher, e por ser mais sensível, os ataques não são tão fortes”.

Ressaltam que a prefeita tem uma rotina que não pode deixar de desdobrar-se entre casa e Prefeitura, ou seja, uma relação entre o público e o privado. Em várias falas, as prefeitas fizeram referência ao trabalho doméstico e à educação dos filhos:

Eu levanto muito cedo, sou a primeira a chegar e a última a sair. Tenho uma funcionária em casa que me ajuda com as tarefas, prepara as coisas para mim. Eu sempre anoto tudo que vou fazer no dia, e tento ir em tudo, tudo mesmo que me convidam. E sempre tento levar meu marido comigo. As minhas filhas já não estão todo o dia comigo, então as tarefas da casa são mais das minhas coisas e do meu marido. Mas a casa também faz parte da rotina e preocupação da gente. (Prefeita de São Paulo das Missões – RS).

Eu tenho duas meninas, e até pouco tempo eu tinha uma assessoria doméstica. Então eu me dei conta que para ensinar minhas filhas a ter uma responsabilidade com a casa, a melhor forma era eu assumir isso e dividir a tarefa com a família. Eu dispensei a minha funcionária doméstica para tentar formar minhas filhas com a responsabilidade de todos ajudarem na casa. Eu sempre achei que tivesse alguém para fazer isso por mim, na minha casa, as minhas filhas poderiam pensar que não precisam ter responsabilidade na casa. Essa foi a maneira que eu encontrei para garantir essa responsabilidade às minhas filhas. Hoje, as tarefas da casa são comigo e com as minhas filhas. As minhas

filhas são meu orgulho, estudam bastante, tem notas ótimas e me ajudam em casa. (Prefeita de Sete de Setembro-RS).

As experiências são permeadas por recompensas, dificuldades e aprendizados. No caso da experiência de ser chefe do executivo municipal não é diferente, sendo que cada entrevistada pode identificar esses elementos em suas atuações. As recompensas mencionadas sobre ser prefeita transitam entre as realizações da gestão, o sentimento que as pessoas a elas destinam e também o orgulho de ser a mulher à frente da Prefeitura de seus municípios. Para aquela classificada como “prefeita esposa”, além das realizações da gestão, há uma ênfase significativa ao sentimento que as pessoas a ela destinam: “A dedicação reconhecida” (Prefeita de São Paulo das Missões – RS), isso combinado com o grande orgulho, identificado em suas falas, de ser uma mulher à frente da Prefeitura. Já a “prefeita por iniciativa própria” destaca as realizações do governo, não reconhecendo, necessariamente, uma relação com o fato de ser mulher:

Eu tinha muita preocupação com as pessoas indo embora do município, então tentamos fortalecer o agricultor. Uma grande recompensa foi ver o fortalecimento da economia do município por meio de ações voltadas para o agricultor. Incentivamos a atividade da suinocultura, trabalhamos as estradas para dar trafegabilidade ao agricultor, adquirimos máquinas para facilitar, por meio de ações cooperadas, o dia-a-dia dos agricultores do município. Outra recompensa é a instalação de atendimento em clínica médica. Eu sou muito orgulhosa do atendimento de saúde que o município presta aos moradores. (Prefeita de Sete de Setembro-RS).

As dificuldades foram muito destacadas no sentido da impossibilidade de realização de todos os planos que tinham para o município. Essa fala é facilmente relacionada com o já mencionado sentimento de servir, fazer algo bom e contribuir para a comunidade:

As dificuldades é que a gente não consegue realizar tudo que quer. A gente quer sempre fazer mais, mais não tem recurso suficiente, tem as normas que devem ser seguidas à risca e isso muitas vezes deixa a gente mais limitada. Também, eu acho que para mim, as viagens são uma dificuldade. Eu não gosto muito de ir para Porto Alegre ou para Brasília. Até vou, mas para mim é uma das dificuldades. E outra coisa, que tenho que fazer muito, e ainda fico nervosa: falar em público, dar entrevista para rádio e TV. A gente faz, mas para mim é uma dificuldade. (Prefeita de São Paulo das Missões-RS).

A ingratidão das pessoas. Isso me magoa. Eu sempre tento ajudar tanto, e tem tantos casos em que as pessoas não reconhecem, não valorizam. Mas acho que isso não tem relação com o fato de eu ser mulher, mas como o fato de que as pessoas querem sempre mais e não se colocam no lugar do outro. Eu não acho que por eu ser mulher, mas pelo que as pessoas esperam mesmo. Isso tem muita relação com o fato de a gente não conseguir fazer tudo, atender todo mundo, dar tudo que as pessoas querem. (Prefeita de Sete de Setembro-RS).

Ao serem questionadas sobre o estilo de gestão de cada prefeita – gestora centralizadora, participativa ou democrática –, as respostas convergiram para um estilo participativo. As reuniões semanais de acompanhamento das ações da equipe foram colocadas como estratégia importante para a relação da prefeita com a equipe de secretários e demais funcionários: “Eu consigo delegar, me acho participativa... Faço uma reunião semanal com todos os secretários, e tudo que tem de tarefa a ser cumprida marcamos uma data para eles me apresentarem a solução”. (Prefeita de São Paulo das Missões-RS); “Eu ouço muito, aprecio muito as sugestões e meu gabinete sempre está aberto para todo e qualquer funcionário. Não, definitivamente não sou centralizadora”. (Prefeita de Sete de Setembro-RS).

Sobre a trajetória política, se estão satisfeitas e se mudariam algo se pudessem “voltar atrás”, as prefeitas mostram-se bastante satisfeitas: “Estou muito satisfeita. Eu faria tudo novamente. Acho que só me arrependo do que deixei de fazer, mas do que eu fiz, eu gosto e estou satisfeita”. (Prefeita de São Paulo das Missões-RS); “Eu faria tudo de novo. Valeu a pena!” (Prefeita de Sete de Setembro-RS).

Ao serem questionadas sobre o aprendizado adquirido, foi possível observar duas menções principais nas falas das prefeitas – questões ligadas à gestão pública e outras ligadas ao aprendizado pessoal: “Aprendi a compreender as pessoas”. (Prefeita de São Paulo das Missões-RS); “Aprendi a ter mais equilíbrio emocional. Eu aprendi que não adianta ter ansiedade que eu não vou conseguir resolver todos os problemas do meu município. Tudo ao seu tempo”. (Prefeita de Sete de Setembro – RS).

Por último, um aspecto bastante importante e colocado pelas prefeitas em suas falas foi a relação da eleitora mulher com a candidata mulher e até mesmo dos eleitores de forma geral com uma prefeita mulher. De forma geral, essas prefeitas acreditam que o baixo número de mulheres, tanto no Poder Executivo como no Legislativo diz respeito ao fato de as próprias mulheres não se reconhecerem como uma boa opção como autoridade. Esse argumento foi colocado

no sentido de que a maioria da população é de mulheres, então, se as eleitoras mulheres reconhecem as próprias mulheres, teríamos muito mais representantes femininas na política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar as mudanças políticas e culturais, mesmo que superficialmente, é possível considerar, nas últimas décadas, uma tendência, ainda que pouco expressiva, de inserção das mulheres nas disputas eleitorais. A Lei 9504/97, cotidianamente conhecida como “Lei das Cotas”, que estabelece hoje um percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas nas nominatas das coligações, parece ser um mecanismo afirmativo de inserção das mulheres na política. Embora ainda haja críticas sobre sua efetividade, é possível considerar que, mesmo de forma lenta e gradual, esse instrumento legislativo passa a ser uma ação afirmativa para as mulheres.

Por outro lado, ao observar alguns dados quantitativos sobre participação política feminina, em que, por exemplo, numa região de 25 municípios, há apenas 2 mulheres eleitas, ainda é possível encontrar indícios sobre mecanismos de dominação que, ainda hoje, mantêm a baixa participação das mulheres nas instâncias representativas da política e do poder. O fato de a população ser de maioria feminina e os cargos políticos serem majoritariamente ocupados por homens é um fenômeno que oferece muitas possibilidades de análise. Esse cenário foi bastante mencionado pelas prefeitas e parece ser bastante recorrente nas discussões políticas e culturais da sociedade. Ao tentar interpretar esse fenômeno, as prefeitas entrevistadas parecem descrever uma abordagem reducionista, mesmo que não conformadas com isso, sobre a tradição e a facilidade da dominação masculina, sobre a maior capacidade masculina de atuar na política, que entende a mulher como desinteressada, menos capaz e menos envolvida nos assuntos públicos e de gestão política. Constatado esse fato, é necessário buscar as causas, os porquês desse entendimento e quais as formas de superar essa visão de dominação. Nesse sentido, este estudo coloca-se como um passo no sentido de buscar a realidade de mulheres que se tornaram prefeitas e, com essas vivências, entender suas particularidades, seus desafios, seus aprendizados e suas superações nessa carreira, tradicionalmente ocupadas por homens,

mas que, gradativamente, torna-se também um espaço no qual as mulheres dedicam sua vida e carreira.

Embora as prefeitas apresentem personalidades e histórias bastante distintas, foi possível identificar alguns pontos comuns nas suas falas enquanto mulheres que se tornaram prefeitas: a preocupação com a comunidade e com o fazer o bem para as pessoas; o apego à família e a importância do apoio do marido e filhos nas suas carreiras; e o orgulho diante do pioneirismo no papel de prefeita nos seus municípios.

As prefeitas, de fato, dividem-se no seu papel público e privado, que, por vezes, podem parecer excludentes, mas têm sido utilizados, muitas vezes, como complementares na construção de identidades políticas estratégicas das mulheres. Assim, a presença da mulher nos espaços públicos traz novos significados tanto para a política como para as mulheres, já que o papel privado de mãe e esposa dedicada não é, necessariamente, oposto à competência administrativa, ao compromisso com a gestão pública e com a firmeza necessária para atuar como chefe do Executivo municipal. Pelo contrário, tem sido, frequentemente, apresentado como mérito, como demonstrativo da capacidade feminina de gestão.

Constatados os fatos, é necessário buscar causas, novos conhecimentos e maiores entendimentos. Conhecer os desafios femininos, seja na política ou em carreiras executivas privadas faz-se muito importante para o caminhar no sentido de superação de barreiras, de preconceitos e de quebras de estereótipos sobre o feminino x masculino, sobre os papéis previamente determinados sobre capacidades, ocupações e realizações. Esse é o desafio lançado neste estudo. Embora não seja tarefa simples, é importante fazer-se cruzar as fronteiras disciplinares, percorrer técnicas e métodos que possibilitem um olhar multi e interdisciplinar para entendermos mais esses desafios das carreiras femininas. Através de conhecimento, contribui-se para a mudança da realidade.

Por fim, embora seja possível verificar que ainda persistem traços de uma cultura baseada na divisão entre homens e mulheres, entre espaços de atuação determinados nas relações de poder político, nos quais as mulheres são constantemente destinadas à esfera privada – de mãe, esposa, e na política, primeira-dama – e o homem destinado a exercer as funções de poder na esfera pública, também é possível encontrar indícios de avanços significativos na atuação feminina no poder público local. A igualdade de oportunidades é também uma

questão de democracia, de empoderamento feminino, de inclusão social, de responsabilização pelos rumos da sociedade e eliminação de discriminação contra a mulher, tanto no âmbito da esfera privada como na pública.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. **Paradoxos da participação política da mulher no Brasil**. 2007. Disponível em: jose_eustaquiopdf. Acesso em: 20 nov. 2016.
- BARBOSA, C. Atuação das Mulheres na Política Local: Ranços e Avanços. **Revista Ágora**, Vitória, n. 11, 2010, p. 1-27.
- BARBOSA, C.; CAVALCANTI, V. **Um Olhar sobre a Trajetória das Prefeitas Baianas: Entraves e Avanços**. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/conteudo/view?ID_CONTEUDO=23. Acesso em: 20 nov. 2016.
- BARREIRA, I. **Lideranças Femininas no Congresso Nacional – performances, valores e habitus**. XXX Encontro Anual da ANPOCS, 24 a 28 de outubro de 2006.
- BLAY, E. Mulher e igualdade: cidadania e gênero. **Social Democracia Brasileira**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 58-63, 2002.
- BLAY, E. **As prefeitas**. Rio de Janeiro: Avenir, 2015.
- BOTELHO, L. et al. Percepções sobre o papel da mulher na sociedade do conhecimento. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero VII**, 2006, Florianópolis. Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero VII, 2006.
- BOTELHO, L. L. R. **Ascensão Profissional Feminina em Organizações Baseadas em Conhecimento**. Universidade Federal de Santa Catarina. 2008. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- BRABO, T. **Gênero e poder local: eleições municipais do ano 2000 em Marília (SP)**. Tese (Doutorado em Sociologia), São Paulo: Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2003.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; MERCADO, C. M.; RICOLD, A. **Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios**. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: Cepia, Brasília: ONU Mulheres, 2011.

- BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985-1995). In: ROCHA, M. I. B. da (Org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 13-58.
- COREDE MISSÕES. **Planejamento Estratégico Corede Missões**. 2012. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09152209-plano-missoes.pdf> . Acesso em: 26 set. 2016.
- CUNHA, A. C. C.; SPANHOL, C. Liderança feminina: características e importância à identidade da mulher. **Saber Humano**, Ano 4, número 5, 2014. ISSN 2178-7689.
- DATASENADO. **Mulheres na política**. Pesquisa realizada pelo Data Senado. Procuradora Especial da Mulher: Senado Federal, 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/arquivos/pesquisa-aponta-que-para-83-da-populacao-o-sexo-do-candidato-nao-faz-diferenca-na-hora-de-escolher-candidatos>. Acesso em: 21 out. 2016.
- FLETCHER, J. K. (2006). **Gender perspectives on work and personal life research**. Disponível em: <https://isidl.com/wp-content/uploads/2017/07/E4310-ISIDL.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.
- FOURNIER, V; SMITH, W. Scripting Masculinity. **Ephemera Theory & Politics in Organization**. Vol. 6, n.2. p.141-162, 2006.
- GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- HUGHES, J. **A filosofia da pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- LODEN, M. **Liderança feminina: como ter sucesso nos negócios sendo você mesma**. São Bernardo do Campo, SP: Bandeirante, 1988.
- MENDA, P. **Análise da dicotomia sofrimento e prazer na função gerencial feminina**. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- MILES, M.; HUBERMAN, M. **Qualitative Data Analysis**. Thousand Oaks: Sage. 1994.
- MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORAES, F. C.V. **Diversidade e Inclusão: a força de trabalho feminina na Philips do Brasil**. Trabalho apresentado a Fundação Dom Cabral para a conclusão do curso Gestão Responsável para a Sustentabilidade. São Paulo, 2004.

MORAES, L. V.S. **A trajetória de mulheres executivas em universidades catarinenses.** (Tese de Doutorado em elaboração no programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio do curso de administração:** guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1996.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes.** Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SEIDMAN, I. **Interviewing as qualitative research:** A guide for researchers in education and the social sciences (2nd ed.). New York: Teachers College Press, 1998.

SOUZA, P. F. de; SIQUEIRA, E. S.; BINOTTO, E. **Liderança Feminina na Gestão Pública:** Um estudo de caso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2011_tn_stp_141_893_18429.pdf. Acesso em: 21 set. 2016.

VAZ, G. **A participação da mulher na política brasileira:** a lei de cotas. Monografia apresentada para o curso de Especialização em Processo Legislativo. Câmara dos Deputados, 2008.